

## **A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL DOS ANOS 1990: UM ESBOÇO DE POLÍTICA PÚBLICA NO CONTEXTO DA REFORMA DO ESTADO.**

**CORRÊA**, Nesdaete Mesquita - UEMS

**GT:** Educação Especial /n.15

**Agência Financiadora:.** Não contou com financiamento

As considerações privilegiadas neste estudo sobre as políticas públicas da educação especial no Brasil dos anos 1990 têm o foco de análise nos vínculos entre Educação, Estado e Sociedade, ou seja, na dinâmica de produção das políticas e de suas determinações sociais, políticas e econômicas. Segundo Krawczyk (2000, p.2), no processo de mundialização da economia, o conhecimento é frequentemente apresentado como a principal variável na explicação das novas formas de organização social e econômica, e muitas vezes como condicionante e gerador de novas desigualdades e diferenciações. Desse modo, justifica-se a centralidade que se tem atribuído à educação escolar, e cada vez mais, a política educacional passa a ser considerada no marco das políticas públicas sociais, como uma política de caráter instrumental e subordinada à lógica econômica.

A política educacional brasileira estabelecida em nível federal, na década de 1990, incorpora elementos advindos desse novo paradigma, portanto, sujeitos às leis de mercado, além de assumir o discurso da universalização da educação.

Segundo Arelaro (apud HADDAD, 2000, p.96), a década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o *impeachment* de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou

um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como pré-condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

De acordo com a autora (id., p.99), o segundo quinquênio (1995-1999), com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, traz modificações significativas na concepção de democracia e do papel da sociedade brasileira no mundo globalizado; transparece a discordância com as prioridades apresentadas pelo governo de Itamar Franco, e denota uma das diferenças mais significativas nas reformas educacionais, caracterizado por propostas e formulações claramente defendidas em discursos neoliberais e globalizantes, legitimadas por meio de redução do aparato do Estado e do financiamento das áreas sociais, privatização das empresas estatais rentáveis, redução dos direitos sociais dos trabalhadores assalariados, transferências a empresas privadas e organizações não-governamentais que sempre estiveram sob a responsabilidade do Estado, atendendo dessa forma à lógica de mercado.

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência. Ao fundamentar-se nessa perspectiva teórico-metodológica, busca-se a relação entre o universal – o modo de produção capitalista e suas especificidades – e o singular, em questão, a política educacional brasileira e seus desdobramentos para a educação especial. Segundo, que as políticas públicas sociais se

estabelecem, isto é, se firmam quando têm o caráter de intervenção, de universalidade, de direitos sociais, não se configurando apenas como emergenciais, ao serem desenvolvidas setorialmente como pretensão de uma política social.

De acordo com Peroni (2003, p.21), fazer referência à redefinição do papel do Estado no movimento maior da crise do capitalismo, numa perspectiva lógico/histórica, é compreender que o Estado tem na vida material dos indivíduos sociais a sua base. Essa vida material não ocorre de acordo com a vontade do Estado; está condicionada pelo modo de produção capitalista, pelas formas de intercâmbio, necessárias enquanto houver a divisão do trabalho e propriedade privada. Desse modo, este estudo evidencia que ao se elaborar políticas públicas sociais há uma concepção de Estado.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional: nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Nesse período, a ausência do “compromisso” por parte do Estado em relação às questões educacionais fez com que as instituições não governamentais, sobretudo as religiosas, passassem a assumir a educação no Brasil. No entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade. O fato do Estado não assumir satisfatoriamente a escolarização das pessoas com deficiência, abre espaço para que as instituições assistenciais passem a assumir cada vez mais a educação especial no Brasil, o que pode ser constatado com a criação da Sociedade Pestalozzi (década de 1930) das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Como afirmam Ferreira e Glat (apud SOUZA, 2003, p.373), somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a idéia de uma educação especial escolar integrada aos sistemas de ensino, no contexto da expansão do acesso ao ensino primário. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o

atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais.

Em 1971, a educação especial é novamente explicitada na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

No entanto, ao ser promulgada a Constituição de 1988, o redimensionamento estabelecido das competências entre a federação, estados e municípios, acaba por proporcionar o afastamento gradativo do poder federal no desenvolvimento das políticas sociais, ficando a cargo de cada esfera administrativa, decidir sobre as questões locais

Já na década de 1990, o movimento internacional de reforma da educação se configurou como alegação de que países com maior número de analfabetos e maiores déficits no atendimento da escolaridade obrigatória, como o Brasil, ao acatarem as orientações dos organismos internacionais: nos primeiros anos da década, pela Comissão Econômica das Nações Unidas para América Latina e Caribe (CEPAL), e a partir de 1995, pela orientação do Banco Mundial, dariam melhores condições aos seus sistemas educacionais, visando promover a erradicação do analfabetismo e a universalização do ensino fundamental, para enfrentar os desafios de uma nova ordem econômica mundial.

Nesse contexto, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

Segundo Kassar (2003, p.267), para entendermos a educação especial como uma política pública é de fundamental importância que sejam analisados os aspectos da sua história no contexto do movimento da sociedade, especialmente, as determinações estabelecidas com a Reforma do Estado, implantada no Brasil a partir de 1995. Dentre elas, podemos destacar os novos conceitos estabelecidos sobre a educação especial, assim definidos na LDB 9.394/96, ao instituir que a modalidade da educação especial será

oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

Ainda, de acordo com a autora, no início da República, foi “sob o discurso liberal que os serviços de educação especial desenvolveram-se no Brasil, de modo muito incisivo sob a administração de entidades não governamentais, principalmente sem fins lucrativos” (id., p.269), sendo “exemplar” e “antecipadora” do processo de publicização atualmente proposto pelo governo federal.

Frente ao exposto, as considerações privilegiadas neste estudo levam-nos ao entendimento de como as determinações estabelecidas pelo projeto neoliberal configuram-se na política educacional brasileira, materializadas pela reforma do Estado, que passou a ser considerada pelo governo federal como instrumento indispensável para consolidar a estabilização e assegurar o crescimento da economia do país, sob o discurso de promover a “correção” das desigualdades sociais e regionais. A análise parcial dos dados aponta que, ao longo da história, a educação especial é uma área cuja presença nas políticas educacionais brasileiras é relativamente recente e pouco prioritária, marcada pela grande influência das instituições privadas de caráter assistencial, atualmente fortalecidas pelo discurso da publicização dos serviços da educação e, que na óptica das reformas neoliberais a publicização dos serviços oferecidos pela educação especial passam a ter uma posição garantida do Estado, atendendo às leis do mercado. Espera-se que no desenvolvimento da pesquisa outros dados venham a ser levantados para fundamentar o estudo da educação especial como política pública no contexto da reforma do Estado.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ARELARO, L.R.G. Resistência e submissão: a reforma educacional na década de 1990. In: **O Cenário educacional Latino-americano no limiar do século XXI: reformas em debate**. Campinas: Autores Associados, 2000. p.95-116.
- FERREIRA, J.R; GLAT, R. Reformas educacionais pós-LDB: a inclusão do aluno com necessidades especiais no contexto da municipalização. In: **Desafios da educação municipal**. Rio de Janeiro:DP&A Editora, 2003.p.372-390.

KASSAR, M. de C. M. Educação especial brasileira no contexto da reforma do Estado. In: **Trabalho, educação e política social**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003. p. 267-285.

KRAWCZYK, N. A construção social das políticas educacionais no Brasil e na América Latina. In: **O Cenário educacional Latino-americano no limiar do século XXI: reformas em debate**. Campinas: Autores Associados, 2000. p.2-11.

PERONI, V. Política educacional e papel do Estado: no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003.